



## EDITAL N.º 128/2016

Eng.º JOSÉ ALBERTO QUINTINO, Presidente da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço:

Torna público, em cumprimento do art. 18.º e 79.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro e art. 56.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, em sessão ordinária realizada no dia 17 de novembro de 2016, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, o **lançamento da derrama**, para o ano de 2017, de acordo com os seguintes valores:

- 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a €150.000,00, nos termos do art. 14.º, al. b) e art. 18.º, n.º 1 da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

- 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os € 150.000,00, nos termos do art. 14.º, al. b) e do art. 18.º, n.º 4 da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e art. 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

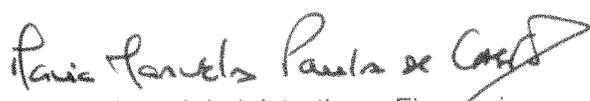
- isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2015 (na sequência do compromisso firmado por deliberação dos órgãos autárquicos, respetivamente, datadas de 30 de outubro e 20 de novembro de 2015), sendo este benefício extensível aos que tenham alterado a sua sede social para o concelho no mesmo período de tempo (em ambos os casos, independentemente do volume de negócios), nos termos da al. d) do art. 15.º e n.º 2, do art. 16.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e art. 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

- isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2016, sendo este benefício extensível aos que tenham alterado a sua sede social para o concelho no mesmo período de tempo (em ambos os casos, independentemente do volume de negócios) nos termos da al. d) do art. 15.º e n.º 2, do art. 16.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e art. 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

- isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2016, para o exercício de 2017, taxa a cobrar no ano de 2018.

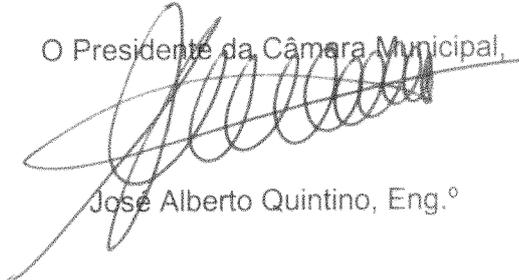
|         | <b>Deliberação</b>             | <b>Valor</b>  | <b>Observações</b>  |
|---------|--------------------------------|---|---|
| Derrama | CM 31/10/2016<br>AM 17/11/2016 | <b>Taxa Geral</b><br><b>1,5%</b>                            | Cfr. art. 18.º, n.º 1 da Lei 73/2013, de 03/09  |
|         |                                | <b>Taxa Reduzida</b><br><b>1%</b>                           | Sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapasse os € 150.000,00 – cfr. art. 18.º, n.º 4, Lei 73/2013, de 03/09   |
|         |                                | <b>Isenção</b><br>(Independentemente do volume de negócios) | Sujeitos passivos que se tenham constituído e instalado, ou alterado a sua sede social para o Município durante o ano de 2015 – na sequência do compromisso firmado pela deliberação dos Órgãos Autárquicos, 30 de outubro e 2ª de novembro de 2015 (cfr. art. 15.º, al. d) e art. 16.º, n.º 2 Lei 73/2013, de 03/09) |
|         |                                | <b>Isenção</b><br>(Independentemente do volume de negócios) | Sujeitos passivos que se tenham constituído e instalado, ou alterado a sua sede social para o Município durante o ano de 2016 (cfr. art. 15.º, al. d) e art. 16.º, n.º 2 Lei 73/2013, de 03/09) – com o compromisso de manter esta isenção para o exercício económico de 2017, a cobrar em 2018.                      |

Para conhecimento geral se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo disponibilizados no *sítio* do Município.

E eu, , Maria Manuel Paula de Castro, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, o subscrevi.

Sobral de Monte Agraço, 22 de novembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal,



José Alberto Quintino, Eng.º